


COMO RESPONDER AO MOMENTO PRESENTE?

Maria Filomena Molder

Foi com esta pergunta — já um efeito de um primeiro encontro entre Irene Pimentel e eu própria — que decidimos desafiar colegas, estudantes e funcionários da nossa Faculdade, FCSH (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas), de outras Faculdades da Universidade Nova de Lisboa, de outras Universidades e todos os interessados em considerar e discutir em comum aquilo que se passava em Portugal e que no anúncio da Jornada de 6 de Dezembro de 2012 se descrevia como um «processo de desmantelamento social, económico e cultural sem precedentes — pese embora tantas comparações, baseadas na premissa da ‘eterna repetição’ — e cujas consequências não param de exceder as previsões dos responsáveis por esse desmantelamento». Acedendo com todo o empenho e gratidão ao convite que me foi dirigido por Humberto Brito para fazer uma resenha da Jornada a publicar no primeiro número de *Forma de Vida* (saúdo a revista e o título), decidi-me, no entanto, a pôr de lado a resenha, que sob a forma de «Editorial» será em breve publicada no blogue *Responder ao Momento Presente* , entretanto criado, conjuntamente com os textos escritos pelos nossos convidados, com as participações de pessoas que corresponderam ao nosso apelo e ainda com contribuições que se alargaram para lá da Jornada; a que se juntará uma gravação vídeo, também disponível no YouTube.

A minha ideia é a de falar sobre o que possa ser um momento presente qualquer e sobre aquilo que está preso e simultaneamente é arrastado por ele, tornando-se já o nosso momento presente. Para esta transição, escolhi como mote um texto, a vários títulos admirável, de Fernando Gil, que se citará mais adiante.

Convém desde logo uns esclarecimentos breves sobre a diferença entre momento presente e instante (ou momento sem determinação temporal).

O momento ou o instante ou o que é iminente e tem o «acesso bloqueado»¹ pode ser compreendido como aquela hora que um dia vem ter conosco, raras vezes preparados para ela, embora possamos estar quase a adivinhá-la, mesmo à espera dela — como se diz que uma mulher espera um filho —, e nessa hora um mundo acabou de morrer e nessa hora um mundo acabou de nascer, hora irrepresentável, reveladora, libertadora, esmagadora, fonte, coração de alguma coisa ou de todas as coisas. Podemos ver o instante como a descontinuidade que se solta do contínuo da vida e se sustém a si própria, como

um brilho irreprimível que jorra da fusão entre necessidade e contingência, onde vemos Cronos temporariamente destronado (o que Cronos tomaria como ironia suprema que lhe é devida). Orapto amoroso é uma das suas mais convincentes pedras-de-toque.

O momento presente embora tenha parentes nesta família não tem uma genealogia coincidente. Na expressão «momento presente» estão implicadas uma duração e uma evolução. Trata-se de um «aqui e agora» dotado de uma duração que se cristalizou — tomando para uso próprio o conceito de Ian Hacking tematizado em *The Scientific Reason* (2009) —, quer dizer, no quadro da evolução da vida pública e privada em Portugal nos últimos anos, o momento presente aparece-nos como irreversível. A partir de agora, sentimos na pele e no espírito que nada ficará igual, nada será o mesmo, quer dizer, isto a que chamamos crise — que tem costas largas e um mau alfaiate — agarrou-se às nossas vidas, moldando-as. Ainda mais, tememos que o estado de crise se torne habitual. A pergunta: até onde nos podemos habituar? tem uma medida última

— que é nosso dever combater —, a do cavalo do inglês.

A questão da irreversibilidade é central por várias razões. Tanto se reconhece no instante irrepresentável como no momento presente que é já propagação de uma rede de representações. A diferença parece-me residir na evolução — sequência e causalidade — que preside à constituição de qualquer momento presente. No instante descontínuo, surpreendente, milagroso ou fatal, faltam aquelas determinações. A primeira pergunta a fazer no caso do momento presente é: como é que chegámos aqui? Pergunta que não tem cabimento no que respeita ao instante, que parece mesmo inverter a pegada do tempo (fazendo vénia uma vez mais a Giorgio Colli), abrindo rasgões e remendando-os com fios de ouro e estopa (poemas, música e coisas assim).

A outra pergunta que se pode fazer ao momento presente (e também não ao instante) deu cobertura à jornada de 6 de Dezembro de 2012. Como responder ao momento presente? É uma pergunta que pergunta pelo lugar onde estamos quanto à crise.

Uma coisa é ela estar diante de nós, como um credor impaciente, adiantando-se-nos. Um exemplo: — a continuarmos assim para o mês que vem não posso pagar a renda da casa. E aqui o princípio do terceiro excluído vacila: a vida continua e a vida não continua (que se resume na exclamação de impotência: — isto não pode continuar assim!). Outro exemplo, realizar operações de previsão sem fim — sobreponíveis, contraditórias, em conflito umas com as outras — sobre aquilo que está para vir. Consequência neste caso, o futuro, que em tempos foi crido pertencer a Deus, perfila-se diante de nós, domesticado. Exercícios desta índole multiplicam-se entre os responsáveis do governo, os deputados, representantes partidários e *tutti quanti*, sobretudo entre os chamados comentadores (foi no que deu a massificação de um estatuto escolástico).

Outra coisa é estarmos dentro dela e é nesta posição que somos chamados (se estivermos

atentos) a responder. Com isto quero dizer que somos parte do problema e só por isso poderemos ser parte da solução.

Fuga sob várias formas e por razões provisórias ou instantes. Resistência: dizer não, desobedecer, manifestar-se, argumentar, criticar, exigir. Criatividade: trocar as voltas, argumentar, criticar, suscitar novas comunidades (facilmente portáteis), por exemplo: editoras, revistas, jornais. Tal como em argumentar e criticar me parece haver dupla pertença, também noutros gestos e actos isso será susceptível de acontecer.

Claro que a distinção entre estar diante e estar dentro só é útil se não aceitarmos que seja pura, o mais certo serão os casos híbridos entre esses dois lugares. E, no entanto, parece-me que será preciso forçar a transição do estar diante para o estar dentro, que será preciso adentrarmo-nos na crise, recusando-nos a acreditar que o modo como as coisas se passam seja natural.

E agora que estabelecemos a transição da estrutura de um qualquer momento presente para o nosso momento presente, chegou a vez de falar da Universidade e afins. Se a escola não é uma fortaleza, não será menos falso dizer que se encontra sitiada² por uma ideologia voluntarista que invadiu tudo e todos, desde os Estatutos (autonomia universitária, carreira docente, investigação) até aos Reitores, ao Ministério, à FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia), às Agências de validação, avaliação³ — e o que está para vir —, ideologia associada e/ou dependente de instituições europeias (no que respeita, por exemplo, a projectos, programas, apoios financeiros).

A fim de esclarecer o que está em causa, pedimos assistência ao texto de Fernando Gil já mencionado:

«(...) são pouco mais do que um discurso encantatório (...) as considerações amáveis mas já encanecidas em torno da «inovação» ou — versão actual — do «espírito empreendedor» (oiço-as desde há mais de trinta anos, quando trabalhava no Center

for Educational Research and Innovation, criado pela OCDE após Maio de 1968). É suposto que a inovação resolva os problemas que nos afligem. Porém, se se tivessem descoberto novas soluções, isso saber-se-ia. Não basta decidir inovar para fazer coisas novas, e as mais das vezes repete-se quando estultamente se julga inovar. Em educação, a inovação assemelha-se um pouco à Fénix da Arábia segundo *Così fan Tutte*:

*Cosa sia, ciascun lo dice;
dove sia, nessun lo sà.*

E inovar — o quê? Será preciso cavar mais fundo (...)⁴

Como são bem-vindas estas palavras no momento presente, como é notório que elas fazem já parte da evolução que se seguiu nos anos após a morte deste nosso grande pensador, como é evidente que elas acertam na cristalização dessa duração evolutiva, que nós estamos votados a não querer que se transforme num «point of no return», em sentido aeronáutico: o ponto em que o avião não pode voltar para trás e só pode continuar para a frente custe o que custar⁵. As palavras-chave, *et pour cause*, são inovação e espírito empreendedor (a horrenda palavra «empreendedorismo» ainda não tinha sido industrializada numa fábrica de robots).


Trata-se de um caso particular de idolatria: tomam-se certas palavras e as imagens e processos a elas associados, *inovação* é o caso corrente e recorrente, como objecto de adoração sustentado na crença ingénua da sua bondade natural. Mais ainda, acredita-se que regulamentar a inovação é fonte dela. Seguindo as verdadeiras e humorísticas palavras de Fernando Gil: «É suposto que a inovação resolva os problemas que nos afligem. Porém, se se tivessem descoberto novas soluções, isso saber-se-ia». Já se fez o elenco que preenche a inovação? Se pensarmos na filosofia, e também em literatura, e também em física, a inovação terá sempre a ver com es-

forço conceptual, com a expansão e a concentração da energia das palavras, com a descoberta de novos objectos. E como se chega aí, quais são as condições? Seguramente nem nas estatísticas, por exemplo, o número de publicações integradas nos códigos de serviço, nem na multiplicação desenfreada de tudo o que tenha um cheirinho de internacionalização. Nalguns casos, serão precisos laboratórios, trabalho de grupo controlado; noutros, ao invés, sabática de silêncio. Mas esta também fará falta no laboratório, como as águas profundas onde a dúvida, o erro, o acaso, o *otium* poderão provocar um salto compreensivo por regulamentar e insusceptível de programação. Como diz Fernando Gil: «Será preciso cavar mais fundo».

Sabemos como grassa no ensino uma fúria pedagógica, que atribui poderes normativos salvíficos às ciências da educação, associada a uma fúria de avaliação, que também fora da Universidade e do ensino em geral não deixa nenhum campo da nossa vida em paz, incluindo países inteiros. Como faria falta conhecer aqui o argumento aristotélico do «terceiro homem» e a evidência wittgensteiniana de que a justificação tem de chegar a algum termo. É o que faz a ignorância filosófica e torna tão promissores os nossos governantes, livres de pensar para se empenharem nas suas delicadas estatísticas, nos seus acarinhados indicadores, nos seus omniservientes objectivos, aprendizes de feiticeiro sem rumo, exercendo a torto e a direito as varinhas mágicas do «empreendedorismo»⁶ e da inovação.

Aprender a pensar por si próprio (como disse Kant: não aprender a ser filósofo, mas aprender a filosofar) é aplicável como desígnio a qualquer saber disciplinar. Um dos ingredientes dessa aprendizagem tem a ver com uma disposição para estar um pouco de lado, um pouco à margem, um pouco desviado, das regulamentações, dos programas, dos projectos. No momento presente, é o que me ocorre dizer para dar início a uma conversa sobre como responder-lhe.

NOTAS

- 1 Título de uma canção de Sérgio Godinho, que vai directa ao assunto.
- 2 Imagens — fortaleza e sítio — presentes igualmente no ensaio de Fernando Gil, só que num contexto que, embora passados tão pouco anos, já não é o nosso, porque a questão educação/instrução sofreu tais pressões das mais diversas origens, enredou-se em tanta legislação obscurantista, que a grande questão da autoridade e da falta de nitidez entre o plano público e o plano privado, o estatal e o civil — de que o artigo se ocupa em grande parte —, tomou formas que não seria possível prever inteiramente. Consideremos, por exemplo, a tortura em que se tornou a vida de um professor, sobretudo no Ensino Secundário
- 3 E isto sem prejuízo da competência individual e da dignidade dos cargos respectivos.
- 4 «A escola e a sociedade civil: a responsabilidade pública e os seus limites» (2004), in *Acentos*, IN-CM, Lisboa, 2005, p. 217.
- 5 Desta preocupante situação temos aqui uma variação exemplar: «Num tempo de mudança, em que só sobrevive quem é capaz de antecipar as expectativas do mercado e de gerir em rede, numa lógica de competitividade aberta, as empresas têm que se assumir como actores ‘perturbadores’ do sistema, induzindo na sociedade e na economia um capital de exigência e de inovação [...] Assumido o compromisso estratégico da aposta na inovação e conhecimento [...] compete às empresas o papel simultâneo de actor indutor da mudança e agregador de tendências», Francisco Jaime Quesado, «Um choque de gestão», *Jornal O Público*, 10 de Dezembro de 2012 . A linguagem não nos é vagamente familiar, bem pelo contrario, é ela que preenche as páginas e páginas que, enquanto universitários, temos de ler para sobreviver e termos de esquecer para não soçobrar.
- 6 Fiquemos por um acto recente de resistência crítica ao «empreendedorismo», desencadeado pela abertura de um concurso na Universidade de Sussex para recrutamento de um Lecturer/Senior Lecturer em Filosofia, cujo fecho está marcado para 15 de Fevereiro deste ano. Agradeço a Nuno Venturinha por me ter dado a conhecer o texto de abertura do concurso e algumas das reacções a um dos requisitos. Primeiro, o requisito: «S/he will possess a profile of high quality published work; clear plans for future research; demonstrable excellence as a teacher; and an entrepreneurial attitude to generating research grant income.» A seguir, uma das reacções que reza assim: «Am I alone in being perturbed that a university should regard ‘an entrepreneurial attitude to generating research grant income’ as a necessary condition of being qualified to work for the university a teacher of, and researcher in, Philosophy?». Assinado Bob Brecher. Não está sozinho. Vamos escrever-lhe?!